

Estudo do Veto nº 14/2018

Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 58 de 2016
(nº 7.944 de 2014, na Casa de origem)

VETO TOTAL APOSTO “POR CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO”

Autoria do projeto:

- Deputado Alceu Moreira – PMDB/RS

Relatorias do projeto na Câmara:

- Deputado Edinho Bez (PMDB-SC) - Comissão de Viação e Transportes
- Dep. Sergio Souza (PMDB-PR) - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Relatoria do projeto no Senado:

- Senador Dário Berger (PMDB/SC) – Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Ementa do projeto de lei vetado:

“Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.”

Estudo do Veto nº 14/2018

EXPLICAÇÃO		ASSUNTO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
14.18	<p>O Congresso Nacional decreta:</p> <p>Art. 1º Esta Lei altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação – PNV.</p> <p>[...]</p> <p>(ver avulso do veto, para o texto completo)</p>	<p>Alteração no Plano Nacional de Viação com inclusão de trecho como rodovia federal</p>	<p>Origem: Texto inicial.</p> <p>Justificativa: “[...] O projeto de lei em questão pretende incluir, no Plano Nacional de Viação (PNV), uma dessas novas ligações rodoviária entre dois Estados do sul do País, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, incluindo um trecho rodoviário de grande importância econômica, muito conhecido e que faz parte da rota Caminhos da Neve.</p> <p>[...]</p> <p>[...] Toda a extensão rodoviária que liga essas duas rodovias federais, a BR-285 e a BR-282, é de aproximadamente 161 quilômetros de extensão e deverá ser transferida para a União, para que possa receber recursos federais para a sua conservação e ampliação.”</p>	<p>“A inclusão de rodovias no Subsistema Rodoviário Federal é regulada pela legislação do Sistema Nacional de Viação (Lei nº 12.379, de 2011), que possui requisitos para a federalização de rodovias. No caso em tela, não são atendidos esses requisitos para o trecho rodoviário que se pretende incluir naquele Subsistema, enquadrando-se nas exigências legais para ser uma rodovia estadual, o que já ocorre. Ademais, a descentralização administrativa e federativa das rodovias se coaduna com a moderna legislação e com a política do setor de transporte.”</p> <p>Ouvido o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.</p>